

Desafios Geopolíticos no Médio Oriente e Norte de África



Autor: **João Rodrigues Mendes**

Aspirante Aluno no Mestrado Integrado na Especialidade de Pilotagem Aeronáutica
Academia da Força Aérea, Sintra

Orientadora: **Professora Doutora Maria Francisca Saraiva**

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

Coorientadora: **Tenente-coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha**

Força Aérea Portuguesa, Academia da Força Aérea, Sintra

Resumo: Em pleno século XXI, a região do Médio Oriente e Norte de África consta como um dos grandes desafios e ameaças para a segurança e estabilidade global. Detentora das maiores reservas energéticas do mundo, a estabilidade na região é essencial para a economia mundial. O passado histórico colonial e a influência internacional encontram-se bem presentes no «outro lado» do Mediterrâneo, mostrando os maiores índices autoritários em relação a qualquer outra região do globo. Simultaneamente, a corrente liberal, que impera na comunidade internacional, apela por uma ordem mundial democrática que exige o respeito e a igualdade de direitos para todos os cidadãos.

Numa época em que o paradigma liberal da sociedade internacional tenta romper pelos costumes tradicionais e iliberais das sociedades locais dizimadas por conflitos, a construção de paz dos últimos anos não tem sido materializada com o sucesso pretendido devido a uma multiplicidade de fatores.

Como alternativa concetual à intervenção da comunidade internacional, surge o conceito de hibridismo, tentando fornecer um novo paradigma nas relações entre atores externos e locais, de modo a aproximar as perspetivas liberais e iliberais para atingir um processo de paz a aplicar numa determinada sociedade.

Fruto do que é a História do Médio Oriente e Norte de África e dos fracassos das intervenções Ocidentais na região, a solução para uma paz sustentável necessita primeiro de ser legítima aos olhos da população. Nesta ótica, os intervenientes externos não se podem iludir por falsas esperanças e devem abraçar a realidade encontrada no terreno de modo a atingir resultados positivos.

A construção de paz não pode ser considerada como um molde definido e pronto a aplicar em qualquer região. A especificidade e diversidade de cada cultura impede uma aproximação universal, sendo que torna-se imperativo uma resolução híbrida que resulta da negociação e contestação dos moldes liberais e iliberais.

Palavras-chave: Médio Oriente e Norte de África; Hibridismo; Construção de paz: Paz liberal

1. Introdução

Analisando o panorama internacional, desde a queda da União Soviética e do virar do novo milénio, é irrefutável que este tem sofrido grandes alterações e que uma das suas constantes é a instabilidade em certas regiões.

De entre as várias regiões afetadas por crises, as regiões do Norte de África e Médio Oriente (MENA) são das que mais impactos e alterações sofreram, tanto a nível político como geográfico, tornando-as umas das mais instáveis a nível global. Dada a sua proximidade com o território europeu e português e pelo potencial energético que existe nestas regiões, assegurar e manter a segurança nesta zona crítica a sul e a este do Mediterrâneo é de extrema importância para Portugal e para a Europa para a manutenção dos valores de democracia e segurança da população europeia bem como para a defesa dos direitos humanos dessas populações em conflito.

Ao olhar para os últimos 100 anos vemos os impactos que a comunidade internacional teve com a sua intervenção na região MENA. Sendo que na primeira metade do séc. XX as intervenções serviam apenas os interesses coloniais, na segunda metade passaram a servir interesses capitalistas e socialistas, isto sem nunca ter em consideração as populações locais e as suas diferenças, ao marcar fronteiras geográficas traçando linhas a direito num mapa. Atualmente, a região tem enormes clivagens entre classes sociais, fruto da riqueza proveniente dos recursos energéticos e da corrupção existente. A instabilidade sentida hoje na região mais conflituosa e mais militarizada do mundo deve-se principalmente à fragilidade com que a comunidade internacional operou nos últimos anos sem pensar num futuro próspero em que se considerassem soluções a longo prazo.

Com o colapso da União Soviética e o consequente abandono do modelo político comunista, a democracia tornou-se no único sistema político a reivindicar ter legitimidade para se assumir como modelo universal. Apesar de ainda não ser praticada por todo o globo e de não ser uniformemente aceite, a governação democrática alcançou um *status* onde por norma é sempre a melhor opção. Da mesma maneira que a população almeja crescimento económico e igualdade de tratamento, ao mesmo tempo procura também ter os seus direitos respeitados e a possibilidade de escolher o seu próprio governo (Plattner, 2009).

Desde a década de 90 que a democratização, de acordo com os modelos ocidentais, tem contado como parte integrante das missões de paz efetuadas pela comunidade internacional em regiões com conflitos armados e em sociedades divididas por guerras civis. Numa situação pós-guerra, a paz e a democracia são os objetivos perseguidos pela comunidade internacional. No entanto, tem-se observado que avanços no processo de democratização por vezes

ameaçam a manutenção da paz e alguns compromissos necessários para a paz impedem a continuação do processo de democratização (Jarstad e Sisk, 2010).

Dito isto, de modo a melhor compreender os fenómenos referidos, importa conhecer a natureza dos processos de democratização e de pacificação. A análise crítica destes processos tem o intuito de servir como base para a pesquisa de modelos alternativos de construção de paz.

2. Revisão de Literatura

Não é difícil perceber o apelo da comunidade internacional pela democracia. A ideia de que a democracia e a paz internacional andam de mão dadas remonta ao final do séc. XVIII com a publicação por Immanuel Kant da “Paz Perpétua”, na qual o filósofo alemão argumenta que as “Repúblicas” são as formas de Estado menos suscetíveis de entrar em guerras umas contra as outras. De facto, ao longo da História do Homem, tanto os Estados dinásticos, como os religiosos, os totalitários e as ditaduras militares entraram em guerra contra Estados com o mesmo regime. Mas raros foram os casos em que as “Repúblicas” não conseguiram resolver os problemas através de meios mais pacíficos. Isto porque dada a transparência dos sistemas democráticos torna-se bastante difícil para um chefe de Estado convencer a sua população a mobilizar o país para uma guerra justa e necessária contra outro regime democrático em que a mesma transparência exista e de que não existe nenhuma solução pacífica para o terminus do conflito (Annan, 2001).

No livro “Is Democracy Exportable” (2009) editado por Zoltan Barany e Robert Moser questiona-se, tal como sugere o título, se é possível a exportação de Democracia, sendo que umas das premissas de partida é que a exportação pura e dura da Democracia que o Ocidente conhece é impossível de ser exportada. No decorrer do livro, uma das conclusões a que chegam é que:

“One may go even further, and say, that unless the people of a country are willing to support and even defend democracy, no democratic system can long survive” (Plattner, 2009, p.1).

Ou seja, se não houver uma predisposição por parte da população dum país e se não houver um enraizamento da democracia, por mais que se queira forçar nenhum regime democrático poderá almejar um desenvolvimento sustentável. No que diz respeito a forçar essa mudança de regime, ao longo do livro também é abordado a questão da moralidade de impor democracia recorrendo a intervenções militares. O que se torna um bocado paradoxal, dada a natureza liberal duma democracia. No entanto, conclui-se que esta ação é justificável se for considerado o último recurso como resposta a uma determinada ameaça, sugerindo-se como exemplos o Japão no término da 2ª Guerra Mundial e a intervenção no Kosovo (Pangle, 2009; Plattner, 2009).

Como dito anteriormente, a democratização pós conflito tem sido um ponto central na agenda das intervenções internacionais. No centro de praticamente todos os conflitos está presente a questão do Estado e do seu poder – quem o controla e como é usado. É impossível resolver algum conflito sem ultrapassar estes obstáculos. A comunidade internacional tende a ver a introdução de democracia como a solução para esta questão. Ao estudar esta problemática da introdução de democracia no pós guerra civil, Anna Jarstad e Timothy Sisk expõem a seguinte questão:

“How can societies shattered by war, with all the deep social enmity, personal suffering, and economic devastation that war brings, simultaneously move toward peace and democracy when competitive politics and hard-fought elections exacerbate social and political conflict?” (Jarstad e Sisk, 2010, p.1)

Os autores exploram esta questão analisando dois paradigmas: o paradigma da transição democrática e o paradigma da construção de paz pós guerra. Sendo uma das premissas admitidas a de que esforços em nome da paz e da democracia por vezes criam conflitos entre os dois objetivos, os autores propõem uma *framework* de missões de paz de modo a evitar este dilema, mas também identificam situações em que por vezes tem que ser feita a escolha entre paz ou democracia e que situações parecidas não têm a mesma solução, admitindo que cada caso é um caso dada a especificidade e natureza de cada cultura e país. Um dos problemas com que se deparam é que neste tipo de operações, por um lado, os *conflict managers* procuram respostas para o curto prazo e assumem a paz como um pressuposto para a democracia e, por outro lado, os *democratizers* focam-se mais nas soluções a longo prazo e assumem a democracia como pressuposto para a paz (ibid.).

Apesar da democracia liberal como sistema político ser o mais ambicionado pela comunidade internacional, não significa que a democracia “Ocidental” funcione num contexto diferente em que a cultura e mentalidade não é compatível com os moldes ocidentais. Sendo a busca pela paz internacional uma missão que não deve ser posta em causa, por outro

lado, como a evolução é uma constante, não se deve adotar uma atitude conformista no que diz respeito ao sistema político. Neste contexto surge a ideia de “hibridismo”, que como Necla Tschirgi, Chetan Kumar e Jos de la Haye sugerem, é uma mistura entre a teoria internacional e a cultura e especificidade dum país. Através da construção de infraestruturas para a paz, diálogos que envolvam as comunidades e uma abordagem que não implique aplicar modelos ocidentais de partida, o fosso entre abordagens nacionais e internacionais diminui, o que possibilita aumentar a perspetiva duma paz sustentável permitindo que nasça um novo sistema político mais bem adaptado à região e aos ideais da mesma (Kumar e De la Haye, de, 2012; Tschirgi, 2014).

3. Metodologia

Fazendo uso do método Hipotético-Dedutivo, a investigação a utilizar será de carácter maioritariamente qualitativo, sendo que irá ser feito uso desta perspetiva através de técnicas de observação da realidade, através de fenómenos observados e comparação de teorias existentes de modo a comprovar as hipóteses formuladas. Por sua vez, também irá ser explorada a observação participativa, recorrendo à realização de entrevistas qualitativas.

Centrando o estudo na problemática da postura interventiva da comunidade internacional e nos desafios geopolíticos da região do Médio Oriente e Norte de África, a investigação conduzida será baseada numa tipologia de investigação maioritariamente descritiva, por se entender que melhor se aplica face à problemática e ao tipo de aproximação sugerido na definição do problema.

Assim, os objetivos que servem como fio da investigação consistem em, num primeiro instante fazer a contextualização histórico-social da Região do MENA: em segundo plano fazer a caracterização da esfera atual de intervenção por parte da comunidade internacional e por fim, discutir uma alternativa concetual ao paradigma existente.

3.1 Definição do Problema

Desde o fim da Primeira Grande Guerra e, principalmente, desde a segunda metade do séc. XX que a comunidade internacional tem mostrado grande interesse na região do MENA, interesses estes relacionados com o sector dos recursos energéticos e com o sector político.

Este crescente interesse e as intervenções por parte da comunidade internacional na região foram grandes catalisadores dos conflitos que ocorreram desde a formação do Estado de Israel. Intervenções que sucessivamente foram alterando o paradigma geopolítico da região de maneira a salvaguardar os interesses geoestratégicos secundários das Nações intervenientes.

Em pleno século XXI, a região dos países do MENA constitui uma matriz de potenciais e reais conflitos em torno de diferentes eixos, entre os quais se conseguem destacar os interesses religiosos dos Estados; as diligências geopolíticas, centradas na procura do poder associado à conquista e controlo dos recursos energéticos; o terrorismo como fator de instabilidade e ameaça à escala global, a questão dos direitos humanos como fonte de insegurança na região, as intervenções da comunidade internacional em busca de paz e o estabelecimento de democracia.

Num mundo cada vez mais globalizado e dependente duma cooperação numa escala global, a existência dum ambiente seguro e próspero dentro da comunidade internacional é fulcral para o desenvolvimento mundial.

Para tal, as intervenções que ocorrerem na região têm que ser impulsionadas apenas pelo bem comum da comunidade internacional e não por objetivos/interesses secundários que outros Estados possam ter. À medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado as intervenções da comunidade internacional precisam ser o mais transparentes possível, no sentido de ajudar a região e de assegurar um futuro sustentável para os Estados. Intervir só com o objetivo de acabar um certo conflito sem contemplar uma solução viável a longo prazo pode criar guerras civis ou situações piores àquelas que as intervenções tentaram resolver. Da mesma forma, intervir com o propósito de aplicar modelos diplomáticos com perspetivas puramente ocidentais que não têm em consideração, nem envolvem as populações locais, prejudica e põe em causa os esforços efetuados na busca de uma paz sustentável e defesa dos direitos humanos.

3.2 Questões de Investigação e Hipóteses de Trabalho

Como fio orientador da investigação foram formuladas as seguintes questões e hipóteses:

Pergunta Principal: “De que maneira é que a comunidade internacional condicionou a atual situação vivida na Região do Médio Oriente e Norte de África?”

Pergunta Derivada nº1: “Deverá manter-se a atual abordagem política por parte da comunidade internacional face à atual conjuntura da região?”

Pergunta Derivada nº2: “De que maneira é possível atingir uma paz sustentável na presença de interesses estratégicos por parte da comunidade internacional?”

Hipótese Principal: “A comunidade internacional, começando pela Organização das Nações Unidas, tem que ser mais pragmática na sua abordagem para resolver as crises no Médio Oriente e no Norte de África, não deve tentar manter paz e estabelecer uma democracia em simultâneo.”

Hipótese Secundária nº1: “Deve-se procurar uma aproximação híbrida quando se trata de mudanças de regimes políticos.”

Hipótese Secundária nº2: “A comunidade internacional não deve intervir com o objetivo de implantar uma democracia liberal.”

4. Caracterização da Região do MENA

Após a rápida proliferação do Islão no século VI d.C. e até ao século XVIII, a região foi dominada na sua maioria por líderes Muçulmanos. A cultura árabe e muçulmana rapidamente se propagou pela região tendo inclusivamente chegado a vários pontos da Europa.

No advento dos impérios Britânicos e Franceses, a zona desde Marrocos até ao Egipto começou a sentir a presença colonialista imperial das potências europeias. Por outro lado, a zona do Médio Oriente manteve até ao final da Primeira Guerra Mundial a soberania muçulmana, materializada no Império Otomano que durante seis séculos foi o principal poder da região. Além das práticas e costumes que deixou, ao ser o principal opositor do poderio Europeu deixou impressa na sua sociedade uma cultura anti Ocidente.

Com a desintegração do Império Otomano e a separação geopolítica dos territórios do Médio Oriente tratada nos acordos de Sykes-Picot, a região passou a estar sob controlo do Mundo Ocidental. Após o fim do colonialismo europeu e do início do confronto entre o Capitalismo Americano e o Comunismo Soviético, o *status quo* do poder na região do MENA passou a ser controlado por ditadores que durante décadas foram implementado os seus regimes opressivos enquanto forneciam o resto do mundo os seus recursos energéticos.

O início desta década viu a região do MENA a ser devastada por uma vontade popular contra os regimes autoritários decadentes face a uma grande população jovem educada. Por toda a região protestos foram surgindo contra os regimes ditatoriais. Apesar do sucesso dos protestos no país onde o movimento teve origem, na Tunísia, na restante região a situação ou voltou à estabilidade frágil dos regimes autoritários ou mergulhou os países em guerras civis, como na Líbia e na Síria.

Passados 6 anos após o início do processo revolucionário com o objetivo de depor as ditaduras e partir para um futuro melhor, a realidade no MENA é bastante diferente do otimismo que marcou o sucesso inicial da Tunísia e do Egipto. No pós «Primavera Árabe», os países do MENA, com exceção de um ou outro caso positivo, mergulharam no caos ou restauraram as autocracias em prol da estabilidade.

No meio de todo o caos gerado, a Tunísia surge como o único caso positivo. Após a Revolução de Jasmim, o país, seguindo a via democrática, realizou as suas primeiras eleições livres desde que se tornou uma nação independente em 1956. O resultado desta eleição deu vitória ao Partido islâmico do Movimento Ennahda que ganhou com 37% dos votos populares, no entanto, uma crescente oposição face ao governo fez com que, em dezembro de 2013, se negociasse um afastamento pacífico do governo, incluindo novas eleições e o caminho para uma nova constituição. Desde então, em 2014 realizou-se um novo ciclo eleitoral que pôs no governo o partido secular Nidaa Tounes que acabou por fazer um governo de unidade nacional com o Ennahda e estabeleceu como presidente, em dezembro de 2014, Beji Caid Essebsi, tornando-se no quinto homem a ocupar o cargo desde a independência da Tunísia (Malsin, 2015).

No caso do Egipto, as manifestações tiveram sucesso e rapidamente o presidente Mubarak resignou ao cargo, após quase 30 anos de poder. Naquilo que foi visto como um progresso em direção a uma democracia, após um governo militar interino, realizaram-se eleições que deram vitória à Irmandade Muçulmana que colocou Mohamed Morsi no poder. No entanto, pouco tempo depois da tomada de poder o presidente Morsi procede de maneira a assegurar o seu poder

absoluto estabelecendo-se assim como um verdadeiro autocrata. Esta decisão gerou bastantes tumultos e manifestações contra o regime do presidente. A 3 de Julho, após o ultimato das forças armadas negado pelo governo, as Forças Armadas Egípcias realizam um golpe de estado com o objetivo de usurpar o poder ao Presidente Morsi e dissolveu o conselho de Shura³³. No ano seguinte, o líder do golpe de estado e chefe das forças armadas general Abdel Fattah el-Sisi é eleito presidente. Numa economia fragilizada e com o turismo em queda, o combate à forte presença terrorista e ajuda externa providenciada legitimaram o presidente Sisi que rapidamente fez voltar o regime ditatorial em nome da estabilidade (Fantz, 2016; Raghavan e Habib, 2016).

No Iémen, as manifestações levaram o Presidente para exílio que juntamente com a ausência duma transição política mergulhou o país numa guerra civil que opõem milícias rebeldes contra forças revolucionárias e ainda conta com uma tentativa de controlo territorial por parte dos grupos terroristas, o autoproclamado Estado Islâmico e, a afiliada da Al-Qaeda, Al-Qaeda na Península Arábica. Na Líbia, apoiado por forças ocidentais, o afastamento do poder e a consequente perseguição e morte do ditador Coronel Ghaddafi impulsionou o país para uma anarquia que conjugada com a falta de instituições para realizar o processo democrático, uma estrutura tribal bastante armada e uma falta de vontade de cooperação torna bastante difícil o fim duma guerra civil que criou um grande fluxo de refugiados. Na Síria, o Presidente Bashar Assad apoiado pela Federação Russa, Iraque e Irão vê o seu país entrincheirado numa guerra civil contra forças democráticas rebeldes apoiadas por estados de maioria sunita e por forças ocidentais como França, Reino Unido e Estados Unidos da América. Simultaneamente, além do conflito civil, a Síria conta ainda com um conflito paralelo fruto duma enorme presença terrorista principalmente pelos grupos do autoproclamado Estado Islâmico e pela Frente de Al-Nusra (Al Jazeera, 2017; Pfeffer, 2016; Stephen, 2016).

Nos restantes países árabes, as manifestações populares trouxeram poucas mudanças. Em certos países as manifestações foram silenciadas e o povo acabou por preferir a fraca estabilidade dos regimes autoritários à incerteza tipicamente associada a processos de mudança de regime. A Tunísia, sendo o único país a sair das «Primaveras Árabes» com uma democracia funcional, mostra que a existência de certos fatores que provêm dos seus tempos coloniais como o secularismo, o sindicalismo e a igualdade para com o sexo feminino tornou-se essencial para uma rápida transição pacífica, no entanto, uma democracia precisa de tempo para se desenvolver sendo que nos restantes países árabes o desejo pela liberdade e democracia foi suplantado pelo instinto de sobrevivência e estabilidade (Pfeffer, 2016).

O impacto da comunidade internacional na região do MENA é notória. Desde a separação, baseada nos interesses estratégicos dos vencedores da Primeira Guerra Mundial, da região do Médio Oriente, à complacência com regimes iliberais em favor dos seus interesses energéticos ao apoio de forças rebeldes contra os regimes autoritários, a atuação da comunidade internacional, do ponto de vista Ocidental, na região tem sido fortemente marcado pelo potencial energético do MENA.

5. Paz e Democracia

Neste capítulo analisou-se a ligação intrínseca entre os conceitos de *peacebuilding* contemporâneo e a paz liberal, bem como os desafios e dilemas inerentes com que a comunidade internacional se depara quando promove a democracia e paz em simultâneo em ambientes onde a violência é um ator preponderante. Também foram investigados os níveis democráticos da região do MENA, sendo esta a região menos democrática no mundo inteiro.

No *peacemaking* e *peacebuilding* contemporâneos apesar de não existir um modelo com um roteiro bem definido, a resolução de conflitos começa sempre com um acordo de paz inicial, que tipicamente é apoiado pela ONU, seguido de operações de manutenção da paz, a construção de paz, a realização de eleições e a alteração do sistema político. Começando nas elites e operando do topo até ao último nível, as instituições e organizações cooperam com o objetivo da construção de paz liberal. Enquanto na teoria parece um processo que quando iniciado se desencadeia facilmente, a complexidade de cada conflito torna a realidade bem diferente. A realidade dos processos de paz consiste numa dinâmica composta por avanços e retrocessos e de uma complexa sequência de iniciativas e de concessões por ambos os lados para haver correspondência com as circunstâncias locais (Richmond, 2008).

Na análise efetuada tornam-se evidentes os problemas matriciais da aproximação contemporânea. As grandes críticas à intervenção da comunidade internacional surgem do carácter superficial dos processos de paz. Por um lado as intervenções falham em resolver as causas que geraram o conflito, dando primazia à resolução imediata do conflito, negligenciam os problemas intrínsecos que, se não forem resolvidos, levam a retorno da violência. Por outro lado, a falta

de ligação com a maioria da população, reforça o poder das elites e replica padrões de exclusividade no quotidiano da sociedade.

Os dilemas apresentados mostram os desafios que as transições de guerra para democracia têm encontrado. O processo de transição entre violência e paz e o processo de transição para democracia são processos que não devem ser confundidos num mesmo processo. Em cada caso existem caminhos que são contraditórios e criam obstáculos para o outro. Esta interligação dos processos faz com que cada obstáculo seja uma encruzilhada que cada decisão vai formando o caminho do processo de paz e que, na maioria dos casos, a primazia pelo processo de paz cria bastantes problemas em relação ao processo de democracia, questionando a sua eficácia tanto a curto como a longo prazo. Nesta busca bipartida por paz e democracia, Anna Jarstad (2010) identifica quatro situações em que tem que ser feita a escolha entre prosseguir com as reformas democráticas ou continuar com os esforços para promover a paz.

O dilema horizontal consiste na problemática relativa a que grupos devem ser representados nos processos de transição de guerra para democracia. Pelo ponto de vista democrático, a inclusão geral num tipo de *power sharing* é tão mais democrática quantos mais grupos estiverem representados. Alguns grupos têm legitimidade para exigir poder político após anos de opressão e discriminação. No entanto, quando esta inclusão se estende a grupos violentos, pode gerar efeitos negativos tanto a nível democrático como no que diz respeito aos processos de paz.

O dilema vertical gira em torno da eficácia e legitimidade. Incide na relação entre as elites e a política das massas. Quando a população está envolvida em todas as fases num processo de paz e quando tem a hipótese de influenciar uma nova constituição é expectável que a legitimidade aumente. Por outro lado, é recorrente que as elites possuam um maior interesse num processo do foro privado, de modo a conseguirem um melhor resultado para o seu lado.

O terceiro problema, o dilema sistémico, remete para se o ónus do controlo da transição de guerra para democracia deve estar sob a alçada internacional ou sob a alçada local. Na maioria das vezes, para facilitar o processo de negociações e para terminar com o uso da violência é necessário o envolvimento internacional. Esta ajuda no desenvolvimento democrático vem com o objetivo de promover a estabilidade e instituições para a resolução do conflito. No entanto, uma transição de guerra para democracia carece sempre de um forte envolvimento das elites e da população local.

O último dilema consiste na dimensão temporal no que diz respeito à disputa entre resultados a curto e a longo prazo na democratização e no *peacebuilding*. O processo de democratização, a curto prazo, pode aumentar o risco de violência e por sua vez afetar o enraizamento da democracia a longo prazo. Do outro lado, o processo de paz pode resultar em alguns restrições nas liberdades democráticas como a liberdade de imprensa e as manifestações, que a longo prazo pode criar descontentamento, tornando-se num obstáculo para a implementação do acordo de paz

6. Hibridismo

Por fim, no quinto capítulo foi investigada a governação de paz híbrida e foi teorizada a concetualização do hibridismo como sucessor ao paradigma do *peacebuilding* contemporâneo e foi feita também a análise dos mecanismos híbridos que têm surgido nos últimos anos.

As situações de governação de paz híbrida surgem da contestação reativa por parte da comunidade local aos modelos intervencionistas do sistema internacional. Assim, dentro das quatro linhas de investigação ponderadas, a governação de paz híbrida consiste na relação dinâmica entre a implementação Vestefaliana dum Estado por parte da comunidade internacional, aliado aos mecanismos institucionais instaurados e às recompensas e punições oferecidas por parte dos atores externos, e entre as diferentes agendas competitivas por parte dos diferentes atores locais. O resultado pode forjar um novo sistema que apenas se assemelha a uma democracia para os atores externos, enquanto para as sociedades locais se torna em mais um meio de reforçar o poder das elites, excluindo a restante população.

Em contraste à governação de paz híbrida surge o hibridismo, como alternativa concetual, que torna o resultado híbrido entre os sistemas liberais e iliberais como o objetivo inicial pretendido num processo de paz e não apenas como o resultado com que ambas as partes se têm de contentar no balanço entre o liberal e o iliberal decorrente de cada processo.

O hibridismo dá assim uma maior importância à necessidade dos processos serem orientados localmente e coloca a responsabilidade na população, criando assim legitimidade. Dando primazia à resolução dos problemas enraizados na sociedade e atendendo às necessidades da população, é possível uma maior mediação entre as concetualizações liberais e iliberais. Neste aspeto, o papel da comunidade internacional passa por um papel mais observador, sendo que a mediação e facilitação externa torna-se vital para a implementação do processo de paz e dum eventual novo sistema político.

Um processo híbrido positivo passa por uma resolução gradual destes dilemas, através do ponto de vista de quem se encontra a viver os mesmos, em vez de se originar dum processo engendrado internacionalmente. A falta de apropriação local resulta numa paz híbrida negativa que se baseia num sistema político de governação de paz híbrida pois dá-se maior importância às preferências da comunidade internacional, aos elitismos locais e porque torna as estruturas de poder bastante localizadas. Uma aproximação híbrida positiva, também passa por encontrar o ponto de equilíbrio entre o que é consentido pela maioria, o que não é contaminado pelo poder, o que é emancipatório e o que é o quotidiano da sociedade. No entanto, esta aproximação que dá primazia à paz não deve considerar como formas híbridas de paz as estruturas opressivas económicas, políticas, militares e sociais (Boege, Brown e Clements, 2009; Richmond, 2011, 2015)

O modelo híbrido positivo, em teoria, consegue resolver o problema central da legitimidade que o atual modelo encontra na construção de paz, através do compromisso entre os atores envolvidos. O processo tem que ser capaz de resolver a disputa entre as normas e a concetualização local de paz e os padrões internacionais. Partindo dum processo devidamente mediado e contextualizado, surge uma formação de paz legítima aos níveis locais, estatais e internacionais. De modo a atingir tal resultado, deve se afastar do favorecimento elitista e dar primazia a práticas que englobam o grosso da população. Nos últimos anos, com o desenvolvimento de novos atores no sistema internacional que não partilham o mesmo ponto de vista Ocidental e com a consciencialização que os processos endógenos oferecem maiores probabilidades de sucesso à partida, o conceito do híbrido entre os pontos de vista liberais e iliberais tem sido cada vez mais explorado. Neste contexto, as I4P tem sido cruciais para a resolução de conflitos por todo o Mundo. Em particular no processo de transição da Tunísia, que resultou assim na primeira democracia Árabe na região do MENA.

7. Conclusões

Com base no estudo efetuado e na investigação desenvolvida neste trabalho académico, encontram-se materializadas as condições necessárias para responder às perguntas desenvolvidas inicialmente, bem como para se proceder à validação ou refutação das hipóteses formuladas.

“De que maneira é que a comunidade internacional condicionou a atual situação vivida na Região do Médio Oriente e Norte de África?”

Partindo da pergunta inicial, foi possível identificar que os últimos 100 anos foram cruciais para definir o xadrez geopolítico atual da região do MENA. O fator energético foi crucial na definição dos interesses estratégicos das nações que direta ou indiretamente foram influenciando a região.

O caos político vivido no MENA é em grande parte culpa da dependência que o fluxo do setor energético criou na comunidade internacional. A tentativa de por um lado satisfazer a procura pelo recurso mais procurado e utilizado no mundo enquanto simultaneamente se tenta manter a defesa duma ordem democrática mundial, criou-se uma série de ambiguidades paradoxais que obrigou os sistemas democráticos a defender regimes autoritários.

Em relação às perguntas derivadas (PD):

PD1 – “Deverá manter-se a atual abordagem política por parte da comunidade internacional face à atual conjuntura da região?”

PD2 – “De que maneira é possível atingir uma paz sustentável na presença de interesses estratégicos por parte da comunidade internacional?”

Tornou-se claro durante a investigação que a atual abordagem política por parte da comunidade internacional não tem demonstrado os resultados pretendidos através do peacebuilding liberal. Em vez de ter conseguido instaurar democracias e estabelecer a paz, os resultados analisados mostram que as intervenções internacionais criaram regimes de governação de paz híbrida onde coexistem através da resistência mecanismos liberais e iliberais e a paz vivida não passa duma bolha superficial que não foi capaz de resolver as divisões enraizadas nas sociedades.

É difícil definir um processo de paz sustentável na região do MENA, isto porque apesar de estarem agrupados na mesma região, não significa que o que resulta num determinado contexto dum país irá resultar noutro. Também é certo que a presença de interesses estratégicos na região podem por em causa os progressos na criação de paz, no entanto, são esses mesmos interesses que levam os atores externos a prestar auxílio às sociedades devastadas por conflito. Quer seja devido a interesses energéticos ou políticos, não se pode assumir que os Estados atuem simplesmente de boa fé.

Apesar de não se ter atingido uma definição de modelo de paz sustentável, para este poder ter sucesso necessita de ser endógeno e de abranger a maioria da população, não dando apenas primazia aos interesses elitistas da sociedade.

Numa economia de mercados, o apoio internacional torna-se vital para suportar as sociedades devastadas por conflitos que sem pacotes de apoio não tem como suportar um novo regime.

De acordo com a investigação efetuada, torna-se essencial que haja uma mudança concetual no paradigma da construção de paz, em sociedades conflituosas havendo assim uma aproximação híbrida. Os resultados falhados da aproximação liberal revelam que o atual modelo não é funcional e pede assim uma reestruturação do mesmo. Do ponto de vista concetual, o hibridismo colmata as lacunas encontradas no molde liberal, havendo uma maior legitimidade local e um maior envolvimento da população, bem como uma plataforma de mediação entre os mecanismos liberais e iliberais. Assim, face ao que foi referido fica provado que na questão de mudanças de regime, deve ser procurada uma aproximação híbrida e não tentar impor diretamente uma democracia. Perante os fatos referidos pode-se validar a primeira hipótese secundária (HS1):

HS1 – “Deve-se procurar uma aproximação híbrida quando se trata de mudanças de regimes políticos.”

No que diz respeito à democracia na região do MENA, atualmente a região é a mais autocrática do mundo, totalizando apenas duas democracias num total de vinte países. Em relação à Tunísia e à sua jovem democracia, ainda é muito cedo para se tirar conclusões se o atual modelo democrático funciona ou não. O que se pode concluir é que o sucesso da transição deu-se primariamente devido ao fator endógeno do processo. Sendo que a intervenção externa foi reduzida e serviu de suporte às I4P que surgiram no país. A democracia como regime político não pode ser exportada, deve ser apenas apoiada.

A comunidade internacional em vez de tentar implantar os moldes democráticos Ocidentais deve criar mecanismos de forma a dar a conhecer as populações as formas diferentes de poder político e de forma a criar uma consciência política na sociedade. O foco da comunidade internacional deve ser cessar o conflito e servir como mediadora e potenciadora da discussão entre as partes envolvidas do conflito e entre a população para descobrir o melhor modelo de atuação. Assim, com base nos fatos apresentados fica validada a segunda hipótese secundária (HS2):

HS2 – “A comunidade internacional não deve intervir com o objetivo de implantar uma democracia liberal.”

Tendo sido validadas as hipóteses secundárias, o passo seguinte e final deste trabalho académico consiste na validação da hipótese principal que serviu de corolário desta investigação académica:

HP1 – “A comunidade internacional, começando pela Organização das Nações Unidas, tem que ser mais pragmática na sua abordagem para resolver as crises no Médio Oriente e no Norte de África, não deve tentar manter paz e estabelecer uma democracia em simultâneo.”

Com base no que foi exposto ao longo da investigação e neste capítulo final, a necessidade de definir bem o processo de paz e do afastamento do ideal democrático é um passo vital para a resolução dos problemas que surgiram com o peacebuilding liberal. Numa altura em que a conflitualidade e instabilidade são as características associadas à região do MENA, o desafio da comunidade internacional passa por tentar arranjar soluções de modo a terminar o conflito e formular o processo transitório consequente. Como foi abordado o processo de transição para democracia é um processo que aumenta o potencial conflituoso da sociedade, aumentando assim a probabilidade duma recaída num novo conflito. Simultaneamente a tentativa de impor um regime democrático sem que haja uma consciencialização política da população sobre o quotidiano numa sociedade democrática, sem que haja também uma vontade endógena da população e sem que haja os mecanismos e seja dado o tempo necessário para que a cultura democrática se desenvolva, torna a viabilidade do processo bastante reduzida.

Mais que estabelecer democracias, deve ser dada primazia e maior importância aos processos de paz de modo a alcançar uma situação de paz sustentável e tempo para se resolverem os problemas intrínsecos que estão enraizados nas sociedades. Assim, valida-se a hipótese principal desta dissertação.

A primazia do processo de paz e a subsequente adoção do hibridismo como modelo concetual para substituir o paradigma liberal que impera são os passos principais que a comunidade internacional deve adotar para se proceder à resolução dos Desafios Geopolíticos do Médio Oriente e Norte de África. Apesar de sermos da opinião de que, atualmente, o melhor sistema político é o regime democrático, também estamos cientes de que dada a contextualização específica de cada região, em particular a região do MENA e a sua matriz muçulmana, nem todas as sociedades estão preparadas para uma democracia de acordo com os moldes que conhecemos. Assim, o reconhecimento de regimes híbridos como a solução transitória para sociedades em conflito permite uma maior resolução das causas do conflito, ao mesmo tempo que oferece uma voz à maioria da população no que diz respeito ao novo modelo político.

Referências Bibliográficas

- ANNAN, Kofi - **Why Democracy Is an International Issue** [Em linha], atual. 2001. [Consult. 18 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2001-06-19/cyril-foster-lecture-why-democracy-international-issue-secretary>.
- BOEGE, Volker; BROWN, M. Anne; CLEMENTS, Kevin P. - Hybrid Political Orders, Not Fragile States. Peace Review. ISSN 1040-2659. 21:1 (2009) 13–21.
- FANTZ, Ashley - **Egypt's road after Arab Spring: From hope to chaos** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 28 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://edition.cnn.com/2016/04/27/middleeast/egypt-how-we-got-here/>.
- JARSTAD, Anna K. - Dilemmas of war-to-democracy transitions: theories and concepts. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A012>. p. 17–36.
- JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. - Introduction. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A010>. p. 1–14.
- JAZEERA, Al - **Syria's Civil War Explained** [Em linha], atual. 2017. [Consult. 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.aljazeera.com/news/2016/05/syria-civil-war-explained-160505084119966.html>.
- KUMAR, Chetan; LA HAYE, Jos De - Hybrid peacemaking: Building national «Infrastructures for peace». Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 13–20.
- PANGLE, Thomas L. - The Morality of Exporting Democracy: A Historical-Philosophical Perspective. Em BARANY, Zoltan; MOSER, Robert G. (Coord.). Is Democracy Exportable? [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2009 Disponível em WWW:<URL:http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511809262A010>. ISBN 9780511809262. p. 15–34.
- PFEFFER, Anshel - **Why the Arab Spring failed - Haaretz** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 27 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.haaretz.com/middle-east-news/1.698071>.
- PLATTNER, Marc F. - Introduction. Em BARANY, Zoltan; MOSER, Robert G. (Coord.). Is Democracy Exportable? [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2009 Disponível em WWW:<URL:http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511809262A008>. p. 1–12.
- RAGHAVAN, Sudarsan; HABIB, Heba - **Five years after Egypt's Arab Spring: 'We didn't need a revolution'** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 27 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/02/10/five-years-after-egypts-arab-spring-we-didnt-need-a-revolution/?utm_term=.ed46f6333fe0>.
- RICHMOND, Oliver - The UN and Liberal Peacebuilding: Consensus and Challenges. Em DARBY, John; MACGINTY, Roger (Coord.). Contemporary Peacemaking [Em linha]. 2ª ed. Londres : Palgrave Macmillan UK, 2008 Disponível em WWW:<URL:http://link.springer.com/10.1057/9780230584556_17>. p. 257–270.
- RICHMOND, Oliver P. - **A Post-Liberal Peace** [Em linha]. Nova Iorque : Routledge, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://www.tandfebooks.com/isbn/9780203810262>. ISBN 9780203810262.
- RICHMOND, Oliver P. - The dilemmas of a hybrid peace: Negative or positive? Cooperation and Conflict. ISSN 0010-8367. 50:1 (2015) 50–68. STEPHEN, Chris - **Libya's Arab spring: the revolution that ate its children** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 29 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.theguardian.com/world/2015/feb/16/libyas-arab-spring-the-revolution-that-ate-its-children>.
- TSCHIRGI, Necla - Construção da paz: A interface entre abordagens nacionais e internacionais. Revista Crítica de Ciências Sociais. 104: Setembro (2014) 21–44.